



MODERADO
RADICAL



**BRUNO
FARIA LOPES**
Jornalista
da revista Sábado

O discurso do medo quando se fala de Angola

Quem trabalha em Angola sabe, ou tem de saber, que está a operar num contexto particular de risco elevado.

Sempre que surge um problema nas relações entre Portugal e Angola – leia-se, sempre que há investigações ou acusações judiciais em Portugal ligadas a suspeitas de corrupção de membros da elite angolana – vemos duas reacções. A primeira, difundida em Angola pelo poder político e por alguns órgãos de comunicação social, é de desagrado aberto e de pressão sobre Portugal no sentido de tentar resolver o “problema”. A segunda, propalada em Portugal sobretudo por pessoas com influência e acesso fácil aos media, é de receio sobre o que esse “problema”, por vezes pintado como de mera insensibilidade com tiques neocoloniais, poderá causar aos

portugueses que vivem em Angola e às empresas que têm negócios naquele mercado.

Estas duas correntes são agora visíveis a propósito da acusação do Ministério Público português ao ex-vice-presidente Manuel Vicente por corrupção de um procurador do DCIAP. Não interessa discutir nesta coluna se o caso é sólido, se deve ou não ir para Angola ou se Manuel Vicente tem algum tipo de imunidade – haverá quem trave esse debate com maior propriedade do que este colunista (noto só a gravidade do caso: é alegada corrupção de um procurador para deixar cair uma investigação, uma espécie de assalto ao castelo). O que

interessa aqui é tentar desmontar o argumento do medo que aparece sempre que alguém em Angola faz voz grossa para tentar desbloquear um “problema”.

Este subtexto de medo é errado desde logo porque quem faz negócios ou quem trabalha em Angola sabe, ou tem de saber, que está a operar num contexto particular de risco elevado. No indispensável “Magnífica e Miserável”, Ricardo Soares de Oliveira descreve que “muitos [estrangeiros], em especial portugueses, parecem alheios às complexidades da sociedade angolana e prepararam-se para uma longa estada no país”. Há um diplomata citado no livro, sob anonimato, que afirma

o seu espanto perante os portugueses que encaram Angola como um mercado de “emigração normal” do género da Suíça ou da Alemanha, onde podem planear a sua estada a vários anos. Para os trabalhadores, como para os empresários, o risco do mercado angolano (e a política é apenas uma das fontes desse risco) tem de ser um facto da vida e está, de resto, associado à promessa de retorno.

Outro argumento para desmontar a psique de receio sobre Angola está na necessidade que a economia angolana e, mais importante, a elite angolana (nos seus negócios particulares) tem de trabalhadores qualificados estrangeiros, com destaque para os portugueses. Um sobressalto nas relações entre os dois países pode levar a represálias de política sobre uma parte dos portugueses, mas não vai acabar de um dia para o outro com a maioria do contingente português naquele mercado. Se à necessidade de quadros juntarmos o facto de a elite angolana precisar de Portugal – “em nenhum outro lugar além de Portugal, os interesses angolanos gozam de tanta influência e respeitabilidade”, nota Soares de Oliveira – conseguimos perceber que a relação pode abanar, mas que não cai por causa de este ou daquele caso.

Angola é um parceiro importante para Portugal? Sem dúvida. Mas entender o risco alto do mercado angolano e o equilíbrio de forças na relação entre os dois países é importante para pôr em perspectiva um certo discurso de medo e subserviência que tem sobretudo a ver com a agenda de quem o faz – um discurso que hiperboliza os riscos para os negócios e que desvaloriza, constantemente, os riscos de corrupção no coração da democracia portuguesa. ■